



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo nº 489/2026

Termo de Fomento

**Associação Imigrantense dos Estudantes de Lajeado/RS -
AIEL**

Em atenção ao Processo Administrativo nº 489/2026 - Associação de Imigrantense dos Estudantes de Lajeado - AIEL, inscrita no CNPJ/MF nº 94.186.046/0001-90, com endereço na Rua Getúlio Vargas, nº 167, Bairro Centro, Imigrante/RS, para obter os repasses autorizados pela Lei Municipal Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 1.628/2017 cujos valores de repasse por parte do Município correspondem ao importe de R\$122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais), em atenção ao disposto no art. 35, VI, da Lei nº 13.019/2014, temos o seguinte:

Observa-se relevância para o Poder Público Municipal, pois a Associação Imigrantense dos Estudantes de Lajeado - AIEL é a única entidade/associação em Imigrante/RS, que possui como finalidade estimular o ingresso de estudantes imigrantenses em cursos superiores de estudo, neste caso, através meio de locomoção próprio ou contratado para Universidade de Lajeado - UNIVATES, bem como, outrossim em realizar o transporte de alunos em formação em cursos técnicos. Parceria, diga-se, que já foi realizada em anos anteriores.

A parceria possibilitará aos estudantes o acesso ao ensino, fazendo com que haja possível retorno de conhecimento e aplicabilidade intelectual no desenvolvimento socioeconômico da sociedade local e no mesmo sentido, tornando os alunos mais capacitados ao desenvolvimento de atividades profissionais de sua escolha, havendo identidade e reciprocidade no interesse entre as partes na realização desta parceria, ocorrendo na prática a mútua cooperação.

Atendendo-se, os ditames da Legislação em referência, por consequente, apresentação do Parecer Técnico, conforme estabelece



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

o art. 35, V da Lei Federal nº 13.019/2014 e art. 19, V do Decreto Municipal nº 1.628/2017.

Apresentamos Parecer Jurídico como disciplina o art. 35, VI da Lei Federal nº 13.019/2014, combinado com art. 19, V do Decreto Municipal nº 1.628/2017.

Neste diapasão, os artigos 30 e 31 da Lei 13.019/2014 dispõem sobre as exceções ao Chamamento Público, as chamadas “dispensa” e “inexigibilidade de chamamento público”, nas seguintes hipóteses:

Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

I - no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até cento e oitenta dias;

II - nos casos de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social;

III - quando se tratar da realização de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança;

VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando

I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no [inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#), observado o disposto no [art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#).

Neste sentido o artigo 17 do Decreto Municipal nº 1.628/2017:

Art. 17. O Chamamento público poderá ser dispensável ou inexigível nas hipóteses previstas nos arts. 30 e 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, desde que devidamente justificado nos termos do art. 32 da referida Lei Federal

Atendendo-se, os ditames da Legislação em referência, por consequente, apresentação do Parecer Técnico, conforme estabelece o art. 35, V da Lei Federal nº 13.019/2014 e art. 19, V do Decreto Municipal nº 1.628/2017.

No caso em comento, é possível a realização de inexigibilidade de chamamento, uma vez que somente a AIEL realiza atividades desta natureza no Município de Imigrante, como apontado pelo Parecer



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

Técnico, não havendo outras no mesmo segmento, conforme mencionado, inexistindo, portanto, a competição exigida que poderia caracterizar uma possível disputa ou até mesmo atuação em rede, com outra entidade.

De acordo com a Lei 13.019/14 e com o Decreto nº 8.726/16, administração pública não poderá mais exigir a contrapartida financeira, representada pelo depósito de valores monetários na conta específica, como requisito para celebração de parcerias com as Organizações da Sociedade Civil – OSC, como disposto no art. 35, §1º da referida Lei.

No entanto, é facultada a exigência de contrapartida em bens e serviços (contrapartida não financeira) cuja expressão monetária seja obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento, mas apenas quando o valor global da parceria, na esfera federal, for superior a R\$ 600.000,00.

Poderão os estados ou municípios definir, em regulamentos próprios, valores diferentes deste como limite da contrapartida não financeira. Está demonstrado no Plano de Trabalho as metas e objetivos a serem fiscalizados e monitorados para seu fiel cumprimento, conforme cronograma.

Uma vez apresentada viabilidade da execução conforme disponibilidade financeira do município, através de seu orçamento e apresentação do plano de trabalho, conjugado com a devida prestação de contas pertinentes.

Observa-se a apresentação de plano de trabalho, o qual vem anexo de maneira detalhada, o qual apresenta o respectivo cronograma de desembolso e atividades.

A fiscalização da execução desta parceria deverá ocorrer, adotando-se os meios e procedimentos pertinentes, quanto a avaliação no que tange a execução física e financeira, e neste caso, a comissão de monitoramento e o gestor deverão observar as despesas realizadas pela



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

entidade. Deverá ser ainda, realizada análise no cumprimento das metas qualitativas e quantitativas.

Para o fiel cumprimento e fiscalização da parceria, conforme arts. 58 e 61 da Lei 13.019/2014, deverá a presente parceria ser acompanhada pelo gestor da parceria, nomeada através da Portaria nº 173/2024, bem como, comissão de monitoramento de seleção, monitoramento e avaliação, nomeada através da Portaria nº 126/2023, os quais serão designados para tanto.

Conclui-se, portanto, pela possibilidade e legalidade da aplicação de recursos da educação no ensino superior, mediante custeio de transporte a alunos do Município que cursam ensino superior em localidade próxima.

Por todo o exposto, observados os apontamentos acima, é considerada viável a celebração da parceria, desde que atendidas as condições aqui expostas.

Imigrante, 12 de fevereiro de 2026.

RAFAEL COIMBRA GONÇALVES

OAB-RS 47.596